

O DEVER MAIOR

28.X.58

Raul Pilla

EM reunião realizada no Cate- te, disse o presidente da República aos líderes dos partidos da maioria haver cumprido tôdas as suas promessas, cabendo agora a êles apoiá-lo sem discrepância nos seus projetos de governo. Nada melhor poderia significar o que é o nosso sistema político: favôres de um lado, submissão de outro.

Em verdade, todo governo democrático, ou que por tal se tenha, repousa numa maioria parlamentar. O que varia com o sistema são as relações entre o governo e a maioria.

No sistema parlamentar, é a maioria quem faz o governo para realizar determinado programa político e administrativo. E, quando o governo não satisfaz, substitui-se simplesmente. Isto porque, devendo o governo democrático corresponder sempre à confiança da nação que rege, deve ter a confiança do parlamento que a representa.

No sistema presidencial origi- nário, em que se equipara ao

Executivo, o poder legislativo ainda conserva a sua força, como nos Estados-Unidos; o conflito entre os dois poderes pode ocorrer e tem ocorrido, paralisando a administração durante anos. Mas, no sistema presidencial da América Latina, o poder mais fraco sucumbe ante o que dispõe dos mais fortes meios de persuasão: o tesouro, os cargos e a força armada. É êste o quadro geral da América Latina, sem exceção.

Inverte-se, pois, a relação normal entre os dois poderes políticos; o que executa domina o que deveria deliberar e naturalmente teria a precedência.

Não admira, portanto, tenha o sr. Juscelino Kubitschek reclamado inteira obediência à sua maioria parlamentar. Ela não foi quem o levou ao governo; ao contrário, eleito por uma minoria do eleitorado, êle foi quem depois de empossado a reuniu, graças à força conglutinante do cargo. Tal é o sistema: do ponto de vista polí-

tico, o governo não é resultante, mas determinante. O presidente está, pois, com o sistema, não como o configuram os teóricos, mas como na prática se realiza.

Fácil se faz perceber os perigos desta ditadura pessoal, em que se tornou o presidencialismo na América Latina. E nenhuma ilustração poderia haver melhor, que a dada pelo atual governo. Os seus planos são mirabolantes. O presidente quer deixar o seu nome grandiosamente ligado à História, enquanto o país afunda na desordem econômica, financeira e moral. Quem o há de conter, se a maioria parlamentar renunciar ao dever de aferir os planos presidenciais, aceitando-os passivamente, como se pretende?

Pode ser indiscutível o dever da obediência, reclamado pelo presidente, mas muito mais imperioso é o dever de fidelidade aos interesses do país.